

PARECER Nº 007/2022

O DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO, EM 25. 01.2022, VIA MEMORANDO Nº 043/2022, SOLICITOU A ESTE CONTROLE ÎNTERNO MUNICIPAL, PARECER DE CONFORMIDADE SOBRE O:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 216/2021.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL MOD. Nº 039/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LEVES DO TIPO FECHADO, 4 PORTAS PICK-UP E CAMIONETE CABINE DUPLA E SIMPLES, CAMINHÃO CARGA LEVE CARROCERIA BAÚ, SEM CONDUTOR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

I – DO RELATÓRIO E ANÁLISE

O Processo licitatório em análise está composto por 02 (dois) volume(s); as folhas estão numeradas de 001 a 736; nos termos da Lei $\rm N^2$ 8.666/93, art. 38, caput.

O(a) Pregoeiro(a) adjudica o(s) objeto(s) a(s) Empresa(s) vencedora(s), conforme especificado (fls.735).

APÓS ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS; NÃO IDENTIFICAMOS ILÍCITOS.

A FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO EM QUESTÃO, ATENDE OS REQUISITOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. S.M.J

II - DO CONTRATO ADMINSTRATIVO/MINUTA

Quanto a análise da **Minuta** do Contrato do processo licitatório em destaque (*FLs.* 109 a 122); **essa** deve seguir o que preceitua a legislação vigente (Lei 8.666/93), concernente a elaboração de Contratos. A Lei de Licitações elenca no art. 55 as cláusulas necessárias a todo Contrato administrativo.

DESTACAMOS A NECESSIDADE DE SE INCLUIR A DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO. ESSA OBRIGATORIEDADE, APESAR DE NÃO CONSTAR DO ROL DO ART. 55, DEVE SER FORMALIZADA NO CONTRATO UMA VEZ QUE *PREVISTO NO ART. 67 DA LEI 8.666/93* A NECESSIDADE DE



ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TODO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR REPRESENTANTE ESPECIALMENTE DESIGNADO.

NÃO VISUALIZAMOS ILÍCITOS.

III - DO PARECER E RECOMENDAÇÃO

DESTE MODO, APÓS ANÁLISE DOCUMENTAL CONSTANTE PROCESSO LICITATÓRIO EM ANÁLISE, E NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PARÁ, E PARA OS DEVIDOS FINS JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO ESTADO DO PARÁ, NOS TERMOS DO ARTIGO 11, DA RESOLUÇÃO Nº 11.410/TCM DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014. ESTE DECLARA-O REVESTIDO DAS FORMALIDADES EXIGIDA, COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO.

FAZ-SE OBRIGATÓRIO A PUBLICAÇÃO DE TODA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PELO TCM/PA, PERTINENTES A ESTE PREGÃO PRESENCIAL, NO PORTAL DO TCM/PA E NO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO, COMO DETERMINA A LEGISLAÇÃO FISCALIZADORA VIGENTE, NOS TERMOS DO ART. 10 E 14 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 022/2021/TCM/PA, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021, SOB O RISCO EMINENTE DE NOTIFICAÇÕES E FUTURAS SANÇÕES EMITIDAS PELO ÓRGÃO(S) FISCALIZADORES EXTERNO. (TCM/PA E MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL).

DECLARA, POR FIM, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS ESTÃO SUJEITAS À COMPROVAÇÃO POR TODOS OS MEIOS LEGAIS ADMITIDOS, SOB PENA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE E COMUNICAÇÃO AO TCM/PA E MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, PARA AS PROVIDÊNCIAS DE ALÇADA E SANÇÕES, QUE AS JULGAR PERTINENTES.

APÓS PARECER, RETORNE ESTE AO DEPARTAMENTO EMITENTE.

REDENÇÃO - PÁ, 26 DE JANEIRO DE 2022.

É O PARECER.

SERGIO TAVARES
CONTROLADOR INTERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 014/2021.